

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**OS DESAFIOS EDUCACIONAIS DA INCLUSÃO PARA UMA
PERSPECTIVA DE APRENDIZAGEM**

EDILENE DE FÁTIMA CORREA VASCONCELOS

ORIENTADORA: VASTI GONÇALVES DE PAULA CORREIA

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



EDILENE DE FÁTIMA CORREA VASCONCELOS

**OS DESAFIOS EDUCACIONAIS DA INCLUSÃO PARA UMA
PERSPECTIVA DE APRENDIZAGEM**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Polo de Itapetininga.

Orientadora: Professora Ms Vasti Gonçalves de Paula Correia

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

EDILENE DE FÁTIMA CORREA VASCONCELOS

OS DESAFIOS EDUCACIONAIS DA INCLUSÃO PARA UMA PERSPECTIVA DE APRENDIZAGEM

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16 / 04 / 2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

PROF^a Ms VASTI GONÇALVES DE PAULA CORREIA (Orientadora)

ELISÂNGELA DUARTE ALMEIDA MUNDIM (Examinadora)

EDILENE DE FÁTIMA CORREA VASCONCELOS (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Á minha família querida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por tudo. Sem Ele, nada seria possível.

À minha família pelo apoio incondicional em todas as etapas do meu desenvolvimento. Em especial, ao meu marido Gustavo Henrique Santos Vasconcelos, pelo incentivo diário em todos os aspectos da minha vida.

À minha filha Júlia, que colaborou sabendo esperar durante as longas horas de estudo.

Às pessoas amigas que, em momentos diversos, estiveram presentes incentivando a busca dos meus ideais e a realização dos meus projetos.

À minha orientadora Profa. Ms. Vasti Gonçalves de Paula Correia, orientadora desta monografia, por ter assumido comigo esse grande compromisso e responsabilidade. Pela dedicação e incentivo constante ao meu desenvolvimento acadêmico.

Aos professores da pós-graduação, que contribuíram para a construção da minha trajetória acadêmica.

Aos colegas da pós, pela troca de conhecimentos e incentivos.

RESUMO

Trata-se de pesquisa teórica, de cunho educacional, que discute o ensino e a aprendizagem acerca das ações escolares frente às dificuldades de aprendizagem, considerando os pressupostos da inclusão como um desafio para garantia de um ensino de qualidade para todos. O trabalho reconstitui a conceituação de aprendizagem e inclusão e discute a vantagem de um trabalho educacional baseado na prática inclusiva, pela convivência social. Descreve a importância do envolvimento de todos os profissionais da educação, para o desenvolvimento de habilidades e competências nos estudantes, com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento a partir da identificação de meios de atingir um atendimento educacional especializado e intervenções pedagógicas e análise de instrumentos ou ferramentas disponíveis nas escolas que podem guiar a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, a partir de pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo, investigando os fatos e fenômenos. O embasamento teórico das reflexões teve como base autores como César Coll, S. Marques e Enicéia Mendes entre outros, além das legislações vigentes no Brasil. A partir das reflexões propostas no trabalho a equipe gestora da escola entrevistada inicia uma discussão sobre o tema nas reuniões pedagógicas, revisitando a proposta pedagógica e o efetivo trabalho pedagógico que promoverá a aprendizagem de todos os estudantes.

Palavras-chave: Aprendizagem, Inclusão, Convivência social, necessidades educacionais especiais.

SUMÁRIO

RESUMO	5
APRESENTAÇÃO	7
I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
1.1 A ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO HUMANA E SUA FUNÇÃO	10
1.2 INCLUSÃO E APRENDIZAGEM	12
1.3 INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NEE: GARANTINDO A APRENDIZAGEM	14
II. OBJETIVOS	17
III. METODOLOGIA	18
3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA	18
3.2 CONTEXTO DA PESQUISA	18
3.3 PARTICIPANTES	18
3.4 MATERIAIS	19
3.5 INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS	19
3.6 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS	19
3.7 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	21
IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
ANEXOS	38
A- Carta de Apresentação	38
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	40
C – Questionário da pesquisa realizada com os profissionais da educação	42

APRESENTAÇÃO

Como professora da Educação Básica I da rede municipal de ensino, tenho me deparado com inúmeros alunos com dificuldades de aprendizagem. Estas dificuldades podem ou não estar vinculadas as necessidades educacionais especiais por deficiência e alguns transtornos em seu desenvolvimento. É comum também atribuir-se tais dificuldades ao trabalho pouco focado e direcionado nas necessidades dos alunos, de professores anteriores ou aos pais que não souberam educar seus filhos, enfim nada fazem por eles.

Alguns desses alunos simplesmente estão na sala de aula, mas não estão nela incluídos. Penso que essa pesquisa será muito importante para todos os educadores, que devem se preocupar com a inclusão em todos os aspectos, independentemente de sua condição física ou psíquica.

O problema de pesquisa abordado foi sobre a importância de uma reflexão e análise do trabalho pedagógico frente às dificuldades de aprendizagem de seus alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais), e como ela pode garantir a inclusão desses estudantes no processo de ensino e de aprendizagem.

Ao investigar as práticas ocorridas na escola, conforme foi minha intenção, pude conhecer melhor as percepções de professores quanto à temática “dificuldades de aprendizagem”. Desse modo, algumas perguntas nortearam nosso caminho investigativo, como: Como os profissionais da educação na escola investigada E.M. Céu Azul ¹ concebem as dificuldades de aprendizagem? Como lidam pedagogicamente com elas? Que estratégias, instrumentos ou ferramentas didático-pedagógicas são utilizados para o acompanhamento e desenvolvimento dos alunos identificados com DA garantindo que todos aprendam? Os profissionais associam estas dificuldades, em algum momento a deficiências? Por quê?

¹ Escola fictícia

A importância de tal investigação se justifica pela necessidade de reflexão dos profissionais da educação, de modo a entender que a qualidade da aprendizagem não acontece por si só. Deve ser construída no dia-a-dia da instituição, adquirindo, evidentemente, novas posturas e enfrentamento de desafios, com responsabilidade e liderança, posto que a escola seja uma organização humana, como afirma Ramos (1992):

Apesar de sua natureza diferenciada e de sua missão específica, na Escola estão presentes os mesmos elementos fundamentais encontrados em qualquer instituição, ou seja: objetivos, finalidades e propósitos; estratégias de ação (programas ou métodos), visando à concretização dos propósitos; pessoas que executam atividades específicas; líderes ou administradores responsáveis pelo alcance dos objetivos da organização. (RAMOS, 1992, p. 12).

O trabalho tem como objetivo geral investigar e refletir as ações escolares frente às dificuldades de aprendizagem de alunos com NEE e a inclusão desses estudantes como desafio para garantir um ensino de qualidade para todos, como é proposta na resolução CNE/CBE nº 2 de 2001, “Art. 2º: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

Os conceitos e temas são abordados com vistas à identificação das exigências atuais presentes na sociedade e origens do fracasso escolar na aprendizagem. O conceito de Aprendizagem e Inclusão, no espaço escolar, será abordado, permitindo uma discussão sobre a vantagem de um trabalho educacional baseado numa prática da Inclusão e convivência social, identificando meios de atingir um atendimento educacional especializado.

As dificuldades associadas às deficiências ou transtornos globais de desenvolvimento e intervenções pedagógicas, são questões propostas aos professores, diretores e coordenadores na escola pública, no questionário, para observar e analisar o cotidiano escolar e instrumentos ou ferramentas disponíveis no

trabalho com a inclusão de estudantes com dificuldades de aprendizagem vinculadas as NEE.

A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva determina que:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo seu público alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento as necessidades educacionais especiais desses alunos. (MEC/SEESP, 2008)

Este trabalho que aborda os desafios educacionais da inclusão na perspectiva da aprendizagem, o trata em capítulos que foram organizados para um melhor entendimento das questões teóricas e práticas da pesquisa. Para tanto, apresenta-se em capítulos, tais como, 1 – A escola como organização humana e sua função; 2 – Inclusão e Aprendizagem; 3 – Inclusão de alunos com NEE garantindo a aprendizagem.

O estudo adotou a perspectiva teórica da Fenomenologia, partindo de uma revisão de literatura sobre a temática com pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo. A pesquisa desenvolveu-se de setembro de 2010 a março de 2011, através de estudo bibliográfico e revisão de literatura, coleta e análise de dados com entrevista à profissionais da educação – equipe administrativa e docente da escola – com perguntas abertas na cidade de Itapeva, sobre a interpretação que os educadores fazem sobre os desafios de uma educação inclusiva com aprendizagem para todos. A escrita da monografia ocorreu durante todo o processo de estudo e elaboração do trabalho de conclusão de curso.

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO HUMANA E SUA FUNÇÃO

Na nossa sociedade, a criança aprende em diferentes meios, desde a família, igrejas, associações e assim, muito antes de ingressar na escola, a criança já vem construindo hipóteses e ideias, desenvolvendo um conhecimento sobre o mundo que o cerca e vive. Entretanto, a escola apresenta-se como a instituição social, onde diferentes pessoas se encontram para receber e produzir conhecimentos, num ambiente responsável pela educação sistemática das crianças, de jovens e de adultos, um saber organizado e estruturado para o exercício da cidadania.

A escola deve garantir o acesso e a permanência de todos no processo educacional garantindo a inclusão dos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem e por sua vez acabam demonstrando outros problemas, como no artigo 29 da resolução nº 4 CNE/CEB de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, nos parágrafos 1º e 2º:

Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar a escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos”; “Os Sistemas e as escolas devem criar condições para que o professor da classe comum possa explorar as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva e, na interface, o professor do AEE deve identificar habilidades e necessidades dos estudantes, organizar e orientar sobre os serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade para a participação e aprendizagem dos estudantes.

A qualidade do ensino com vistas à inclusão, que é o acesso, permanência e igualdade de ensino e aprendizagem é uma das preocupações do governo federal do Brasil, e consta no inciso VII do Artigo 206 da Constituição federal, como um dos princípios de base de como o ensino será ministrado, “garantia de padrão de qualidade”.

No cumprimento da Constituição, há na LDB 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a preocupação com a qualidade, quando afirma:

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

Art. 4º - O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...) IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos com variedade e quantidade mínima, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

O sistema educacional tem como missão, fornecer à sociedade cidadãos educados e competentes para cuidarem de si mesmos, e ainda, contribuir para a sobrevivência e melhoria da própria sociedade.

As dificuldades de aprendizagem muitas vezes não são em virtude de deficiência, e sim pela questão de problemas de aprendizagem na escola.

De acordo com Coll (2004), eventualmente, todos eles foram agrupados sob uma mesmo epígrafe:

[...] alunos com dificuldades de aprendizagem” e foram descritos com traços similares. Esses alunos, porém, são muito diferentes, tanto pela origem de seus problemas quanto por suas manifestações e pelo tipo de resposta educativa que requerem. Em alguns casos, são atrasos maturativos. Em outros, são problemas de linguagem ou de compreensão de textos escritos. Em outros, ainda, são dificuldades afetivas ou transtornos de conduta. Finalmente, os problemas podem surgir por falta de motivação e de interesse pela aprendizagem. (COLL, 2004, p.51)

Penso que a pesquisa pode contribuir com a discussão sobre a inclusão de todos, inclusive daqueles com NEE e que apresentem dificuldades de aprendizagem associadas a condições pessoais de deficiência ou de transtornos global de desenvolvimento, contribuindo como pesquisa para a comunidade educativa, para gerar e animar as etapas de um projeto educacional, identificando e modificando aquilo que dá sentido aos saberes e às atividades escolares, frente às competências em construção nos estudantes.

Através de uma nova postura, a instituição escolar poderá redesenhar suas atividades e seus processos tornando-os mais eficazes, a fim de identificar e satisfazer as necessidades dos seus estudantes.

É preciso buscar a reflexão dos profissionais da educação, de modo a entender que a qualidade da aprendizagem não acontece por si só, devendo ser construída no dia-a-dia da instituição, adquirindo, evidentemente, uma nova postura, acordar para os desafios, com responsabilidades e liderança.

1.2 INCLUSÃO E APRENDIZAGEM

Como a própria palavra diz, inclusão significa estar disponível para todos. O ambiente de aprendizagem deve propiciar a todos, oportunidade de programas inclusivos, situação que deveria ser igualmente adequada para todo o mundo. A verdadeira inclusão requer enorme comprometimento, trabalho de equipe e senso de cooperação. A inclusão mal feita é muito pior do que nenhuma inclusão.

Para os estudantes com necessidades educacionais especiais, o acesso a escolas que oferecem atendimento com qualidade é mais difícil e embora muito se fale, pouco se pratica e não é difícil encontrar estabelecimentos que relutem para incluí-los. Como afirma Mendes (2006):

De modo geral, pode-se concluir que o debate sobre o princípio da inclusão escolar no Brasil é hoje um fenômeno da retórica, como foi à integração escolar nos últimos trinta anos. Ainda estamos na luta pelo acesso, e este deve ser direcionado necessariamente para aumentar as matrículas nas classes comuns das escolas públicas do ensino regular. (MENDES, 2006)

Na sociedade atual, não basta dizer que a escola está pronta para receber um estudante com deficiência ou com transtornos globais de desenvolvimento, ainda dizer que se trata de uma escola inclusiva e que todos aprenderão, é preciso ir além e oferecer e garantir as condições de aprendizagem. Para tanto, o envolvimento e comprometimento de todos os profissionais da educação se faz necessário, e para

isto, muito estudo e dedicação. Estudo sobre os recursos e tecnologias que estão à disposição do trabalho pedagógico para com esses estudantes.

Muitos pais ainda tem vergonha de filhos que possuem deficiências e por outro lado pais que se aproveitam da situação para benefícios sociais e econômicos, fato é, que a criança deve estar em primeiro lugar, assim o profissional da educação por estar mais atualizado pode ajudar neste processo de engajar a família em prol da aprendizagem e convívio social do estudante, para que possa superar dificuldades e viver exercendo a cidadania.

As redes e instituições de ensino devem ter a possibilidade de decidir sobre suas ações, contribuindo com a formação de professores, de especialistas para dar o devido tratamento que a questão necessita. Nos dias atuais, encontramos muitos professores que buscam a sua maneira, um jeito de lidar com os estudantes especiais, mesmo sem formação adequada para uma educação mais eficiente. Apresentam muito boa vontade, mas se cansam, desanimam.

O que define a inclusão para crianças pequenas é a existência de participação planejada entre crianças com e sem deficiências no contexto dos programas de educação das crianças. O grau de inclusão pode variar bastante em contextos educacionais regulares. Muitas vezes, as crianças com deficiências são meras observadoras das atividades que outras crianças de sua classe estão realizando na escola, mesmo quando estão matriculadas em escolas regulares. É possível que haja poucas atividades realmente compartilhadas com outras crianças, e pode ser que haja oportunidades mínimas de interação entre as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais com as outras crianças. (TETZCHNER, 2005. p.151-184).

É muito importante o trabalho coletivo e também quanto à formação, assim, a equipe escolar deve se fortalecer em estudos e promover um ensino de qualidade para todos, onde a inclusão aconteça com aprendizagem.

As funções e contribuições que a família e a escola exercem no desenvolvimento humano, são de fundamental importância, com elementos que podem favorecer inclusão e a aprendizagem.

A escola e família num processo de inter-relação pode ajudar o estudante a desenvolver-se bem como cidadão atuante e cumpridor dos seus direitos e deveres na sociedade em que vive. A família é o berço da educação de uma criança, é ela quem ensina seus primeiros valores e crenças que a criança irá carregar por toda a vida, é ela que irá formar sua identidade. A escola é uma instituição social que é destinada ao trabalho pedagógico.

Por isso é importante que a família e a escola juntas se unam para educar seus filhos/alunos, e para que isso aconteça é necessária à participação da família na vida escolar do seu filho e que a escola abra as portas para os pais na escola, não apenas para críticas, mas para envolver-se nos projetos, comprometer-se com ela, onde haja uma troca de conhecimentos entre escola e família, sem julgamento de quem está certa ou errada, e sim de compreensão, transformação, vale destacar o que diz Polônia 2007:

A família e a escola constituem os dois principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais contemporâneas. Assim, é fundamental que sejam implementadas políticas que assegurem a aproximação entre os dois contextos, de maneira a reconhecer suas peculiaridades e também similaridades, sobretudo no tocante aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, não só em relação ao aluno, mas também a todas as pessoas envolvidas. (POLONIA, 2007, p.21).

1.3 INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NEE: GARANTINDO A APRENDIZAGEM.

A difícil tarefa de implantar a inclusão escolar no Brasil gera impacto sobre os estudantes com NEE e com dificuldades de aprendizagem, visto que é preciso tratar a inclusão com muita responsabilidade e compromisso, não só pelos educadores, mas, sobretudo pelo poder público, como afirma Mendes (2006):

Enfim, o futuro da inclusão escolar em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais, para trabalhar numa meta comum, que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos. (MENDES, 2006)

O processo de inclusão que acontece nos dias de hoje caminha a passos lentos. É preciso entender a proposta do que é e como deve acontecer à inclusão nas escolas, escolas sem estrutura física ou ainda intelectual para oferecer aos estudantes uma assistência diante da sua necessidade educacional especial. Não se pode colocar a responsabilidade apenas aos professores a incapacidade pelo atendimento aos que necessitam desta inclusão.

É atribuído ao professor mais do que ele pode oferecer, não diante de sua formação, mas do que humanamente é possível, com salas de aulas lotadas, sem um arranjo físico próprio para a idade e as condições especiais para uma verdadeira inclusão acontecer, não apenas pela obrigação em incluir, mas pela verdadeira inclusão, levando aos estudantes o sentimento de pertencer ao grupo, de fazer parte dele e de fazer com que as coisas aconteçam no espaço escolar também pelas suas ações. Não é uma tarefa fácil. É preciso acreditar que é possível. Não bastam as boas intenções dos professores e de alguns funcionários da escola e um bom discurso fundamentado muitas vezes em autores que jamais fizeram parte de um processo de inclusão. Para tanto, afirma Mendes (2006):

Politicamente, o movimento pela inclusão escolar requer certos cuidados e definições mais precisas, caso contrário terá o mesmo destino da "integração escolar", ou seja, corremos o sério risco de perseverar na retórica, na eterna ponderação de que estamos apenas começando um processo, até que venha, no futuro, um novo "paradigma" redentor, do exterior provavelmente, que irá "revolucionar" nosso discurso e quiçá um dia transformar nossas escolas. (MENDES, 2006)

A Educação Inclusiva nas escolas, além de garantir a aprendizagem e a independência de todos os alunos, também diz respeito ao favorecimento de novas oportunidades de relacionamentos e de valores – para os alunos portadores de deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento e aos demais alunos e professores, os funcionários da escola, para a comunidade, enfim, para todos. Lidar com a diversidade nos envia a uma nova forma de perceber o mundo, enriquecendo nossos valores humanos.

Na Educação Inclusiva, os alunos com necessidades educacionais especiais são inseridos diretamente na sala de aula comum. São dois diferentes enfoques que

relacionam a educação inclusiva – inclusão escolar – e educação especial, denominados: Inclusão Total e Inclusão Responsável.

O Brasil ainda enfrenta muitas dificuldades para a efetivação da Educação Inclusiva. A integração é a realidade de muitas escolas que resistem em adotar a inclusão de fato. É preciso a mudança na gestão do sistema educacional brasileiro e a mudança de postura das pessoas frente ao aluno, deixando de culpá-lo pelas dificuldades que enfrenta. As condições econômicas e políticas, também, devem ser mais inclusivas.

Um dos principais obstáculos para a inclusão nas escolas são as práticas pedagógicas ineficazes resultantes da precária formação de professores e agentes educacionais.

II. OBJETIVOS

O trabalho tem como objetivo geral investigar e refletir as ações escolares frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos com NEE e a inclusão desses estudantes como desafio para garantir um ensino de qualidade para todos, como é proposta na resolução CNE/CBE nº2 de 2001 no artigo 2º:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Ao investigar os profissionais da educação na escola pública municipal a que se analisar e questionar sobre a qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, ligados à deficiência e ao transtorno global de desenvolvimento e a sua inclusão, identificando os instrumentos ou ferramentas, que são utilizados e as causas e ainda sobre novas possibilidades frente ao desafio da inclusão destes estudantes, garantindo que todos aprendam.

Pode-se destacar como objetivos específicos imprescindíveis para esta pesquisa sobre as dificuldades de aprendizagem, os seguintes itens:

- Identificar as exigências atuais das sociedades e origens do fracasso escolar na aprendizagem;
- Conceituar Aprendizagem e Inclusão no espaço escolar;
- Discutir sobre a vantagem de um trabalho educacional baseado numa prática da Inclusão e convivência social;
- Identificar meios de atingir um atendimento educacional especializado e intervenções pedagógicas com questionário entregue aos professores, diretores e coordenadores na escola pública de ensino e observação do cotidiano escolar;
- Analisar instrumentos ou ferramentas disponíveis nas escolas que podem guiar a inclusão de estudantes com NEE.

III. METODOLOGIA

3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA

A pesquisa desenvolveu-se de setembro de 2010 a março de 2011, através de estudo bibliográfico, coleta e análise de dados com entrevistas aos profissionais da educação e alguns docentes da escola – com perguntas abertas na cidade de Itapeva, sobre a interpretação que os educadores fazem sobre os desafios de uma educação inclusiva com aprendizagem para todos. Foi adotada a Linha Fenomenológica, em observância às pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo, investigando os fatos e fenômenos pelas experiências das pessoas entrevistadas e literatura, conhecimento sistematizado e organizado. Sobre a perspectiva fenomenológica, Martins e Bicudo (1989) destacam ela:

[...]está dirigida para significados, ou seja, para expressões claras sobre as percepções que o indivíduo tem daquilo que está sendo pesquisado, as quais são expressas pelo próprio sujeito que as percebe... ele não está interessado apenas nos dados coletados, mas nos significados atribuídos pelos sujeitos entrevistados/observados. (MARTINS, 1989, p. 92)

3.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa de campo aconteceu na cidade de Itapeva/SP, escola pública municipal, e está de acordo com as propostas da Secretaria Municipal, visto a importância de estudos e reflexão para uma prática pedagógica que promova a inclusão e resolva o problema da dificuldade de aprendizagem desses estudantes e as possíveis causas que originam tal fenômeno.

3.3 PARTICIPANTES

Para responder a pesquisa foram entrevistados, o diretor da escola, coordenador pedagógico e professores, profissionais estes que tem relação direta com as dificuldades de aprendizagem e inclusão. É unânime entre os profissionais

da educação a necessidade de estudos e reflexões sobre o tema e prontamente se dispuseram para a discussão dos temas nas perguntas.

3.4 MATERIAIS

Os recursos utilizados para a construção, organização e análise das informações, tais como computador para digitar as questões e cópias impressas foram os materiais necessários para elaboração do material de pesquisa e logo após, entregues aos profissionais da educação responder.

3.5 INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

O instrumento utilizado para a pesquisa foi um questionário que está anexo neste trabalho de pesquisa.

3.6 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

A escolha da instituição e dos profissionais participantes deveu-se ao fato de ser o local e equipe de trabalho da qual faço parte. Numa reunião pedagógica, horário de trabalho pedagógico coletivo, expus o tema do trabalho e solicitei aos colegas que pudessem para participar. Anotei os nomes dos interessados em participar e noutro dia entreguei os questionários.

Foi aplicado um questionário aberto de caráter qualitativo.

Foram entregues 11 questionários para professores, coordenador pedagógico e diretores, dos quais somente 8 foram devolvidos. Foram sujeitos da pesquisa: um diretor, um vice-diretor, um coordenador pedagógico e 5 professores. Os sujeitos pesquisados possuem superior completo, mas não possuem formação específica em educação especial. A idade dos pesquisados varia entre 27 a 36 anos. Utilizei a seguinte denominação para os sujeitos participantes: Grupo de diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico- A1; A2 e A3; Grupo de professores regentes- B1; B2; B3; B4 e B5.

A escola pública pesquisada fica situada na vila urbana da cidade e conta com 700 alunos de educação infantil e ensino fundamental I, possui 28 salas e funciona no período da manhã e da tarde. A escola foi selecionada, pois é a escola onde leciono com uma turma de 1º Ano.

Com o intuito de criar um canal de comunicação entre os sujeitos que seriam pesquisados (professores, coordenadores e diretores), divulguei o tema, os objetivos e os instrumentos que seriam utilizados na pesquisa. A reação dos participantes, a princípio, foi de entendimento e colaboração.

A equipe gestora da referida instituição educacional atualmente é composta por um supervisor, um diretor, dois coordenadores pedagógicos e um secretário escolar. A escola possui dois coordenadores, um concursado e outro escolhido democraticamente pelo grupo de professores regentes.

A estrutura da instituição de ensino pesquisada é bem ampla e conservada, é a maior escola da cidade, possui 28 salas de aula distribuídas em dois andares, sala de biblioteca, de professores, de vídeo, de coordenação, de direção, de administração da escola, uma quadra coberta, cozinha, refeitório e um pátio coberto.

Utilizei o questionário aberto, com a finalidade de posteriormente fazer uma análise crítica das concepções dos sujeitos pesquisados. O questionário foi aplicado para a equipe de direção, coordenação e alguns professores. O questionário aplicado foi composto de 10 perguntas com relação a sua escola, e quatro de acordo com sua experiência profissional. O objetivo da aplicação foi obter informações a respeito dos problemas de aprendizagem dos alunos, os fatores desencadeantes, se estão ligadas a alguma deficiência ou não, os encaminhamentos e possíveis soluções.

Outro instrumento utilizado foi à conversação, através desse instrumento pude constatar a maneira como enxergam o desenvolvimento de suas funções e a formação continuada que é desenvolvida na escola.

3.7 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta dos questionários, foi realizado um estudo, análise qualitativa das informações, inicialmente fazendo um estudo do panorama geral das respostas obtidas nos questionários, e depois em cada questão estudada, me detendo mais especificamente em um questionário, recorrendo aos demais para ampliação da análise de cada questão, analisando as respostas e estabelecendo relações de ideias que pudessem evidenciar os aspectos estudados, de acordo com o tema.

Os participantes foram divididos em grupos de acordo com a ocupação na escola, diretores e coordenadores (Grupo A), e de professores (Grupo B), e os dados coletados foram organizados no texto que segue.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da primeira etapa do questionário faz referência às relações que ocorrem na escola em que os entrevistados trabalham, e foi no questionário que as ideias são evidenciadas. Tais ideias foram reorganizadas a partir da leitura e interpretação das respostas dos grupos de entrevistados de acordo com a ocupação na escola, em que puderam expor como agem e o que sabem sobre a necessidade especial e o atendimento escolar, com vistas ao aprendizado e inclusão. Desse modo, elencamos X (nº de tópicos) categorias para a análise das respostas.

- **Quanto à responsabilização pelas dificuldades de aprendizagem**

É possível perceber que os sujeitos do grupo A1, concordam que a escola tem uma responsabilidade importante nos problemas de aprendizagem que se manifestam nelas e que esses problemas podem ser muitos e variados, nunca existe uma causa única. Podem ter a ver com diversos fatores físicos, mentais e emocionais desses alunos e que se faz necessário uma análise constante para detectar essas razões e buscar ferramentas necessárias para corrigir as causas e que esses alunos recebem um apoio especializado nesses casos pelo CEAPEM (Centro de Apoio Especializado Multidisciplinar) para obter resultados com esses alunos.

Conforme o PCN Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais:

Durante muitos anos, e ainda em nossos dias, há uma tendência a atribuir o fracasso escolar do aluno, exclusivamente a ele. Desse modo, a escola fica isenta da responsabilidade pela sua aprendizagem, ou não-aprendizagem, cabendo a profissionais diversos a identificação dos problemas inerentes a serem encaminhados e solucionados fora da escola. O fracasso da criança passa a ser explicado sob diversas denominações e causas, como distúrbios, disfunções, problemas, dificuldades, carência, desnutrição, família desestruturada, dentre outras, situadas mais próximo das patologias e de causalidade social do que de situações escolares contextuais. (BRASIL, 1998, p.27)

Os sujeitos do grupo B sabem que a escola tem uma responsabilidade importante nos problemas de aprendizagem e justifica que a escola não tem preparo para receber e detectar esses problemas, devido a inúmeros fatores, como: salas superlotadas, estrutura irregular, burocracia exigida, que tomam tempo dos professores para buscarem conhecimento e ferramentas para ajudar esses alunos e quando recebe apoio especializado, ele é bastante demorado e os resultados nem sempre são satisfatórios.

- **Quanto ao contexto familiar**

Os sujeitos dos grupos A e B concordam que o contexto familiar tem influência nos problemas de aprendizagem de seus filhos.

O sujeito do grupo A1 acrescenta que a falta de estimulação dos pais, problemas sociais, culturais e psicológicos influenciam na aprendizagem.

O sujeito do grupo A2 descreve que com certeza uma boa estrutura familiar contribui muito para uma efetiva aprendizagem.

A escola não pode estar desvinculada de um dos contextos privilegiados para o desenvolvimento infantil: a família. Tal afirmação adquire ainda mais força e significado quando os alunos sofrem de transtornos do desenvolvimento desde os primeiros anos. (COLL, 2004, p. 273)

Os sujeitos do grupo B enfatizam que muitas das crianças que recebemos estão inseridas em família sem nenhuma estrutura social, emocional e religiosa.

As dificuldades e os atrasos na aprendizagem não são decorrência da falta de habilidades intelectuais, comunicativas ou afetivas do aluno, mas são resultado das interações entre suas características pessoais e os diferentes contextos nos quais o aluno se desenvolve, especialmente a família e a escola. (COLL, 2004, p.51)

- **Quanto à relação de confiança e colaboração entre pais e escola**

Todos os sujeitos do grupo A e B concordam que temos ainda uma grande porcentagem de pais que não colaboram e não estabelecem uma relação de confiança com a escola e os poucos que estabelecem essa relação, ela acontece

nas participações em reuniões, auxiliando seus filhos nos deveres de casa, nos conselhos de escola ofertando opiniões para melhorias.

Há uma grande unanimidade nos estudos sobre o bom funcionamento das escolas em considerar que a participação dos pais é um dos fatores responsáveis por uma avaliação positiva. A participação não deve centrar-se apenas na presença dos pais nos órgãos ou nos conselhos de gestão da escola. Sua cooperação com a educação escolar de seus filhos deve concretizar-se principalmente na participação as atividades escolares e extraescolares e no envolvimento no trabalho de seus filhos em casa. (COLL, 2004, p.139)

- **Quanto à relação entre deficiência e dificuldades de aprendizagem (DAs)**

O sujeito do grupo A1 dá uma definição para o termo deficiência como sendo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica fisiológica ou anatômica e que a dificuldade de aprendizagem é um tipo de desordem pela qual um indivíduo apresenta dificuldades em aprender, afirma que esses termos diferem muito um do outro.

O sujeito do grupo B2 responde que não devemos julgar uma criança fraca de aprendizagem como uma criança com deficiência, pois um aluno com deficiência precisa de um acompanhamento profissional para poder desenvolver o seu potencial e os alunos com DAs são aqueles que precisam de estímulos tanto da escola como de familiares para se desenvolver.

Os demais sujeitos do grupo A e do grupo B relacionam a palavra deficiência como falta de alimentação, moradia, estrutura familiar e afetiva.

Confundir necessidades educacionais especiais com fracasso escolar é, também, outro aspecto que merece a atenção dos educadores. São inesgotáveis as discussões e a produção científica sobre o fracasso escolar e suas múltiplas faces. Paradoxalmente, o conhecimento obtido não tem levado a respostas eficientes para a sua solução enquanto fenômeno internacional marcado por influências socioculturais, políticas e econômicas, além de razões pedagógicas. (BRASIL, 1998, p.27).

- **Quanto às estratégias de ensino**

Todos os sujeitos do grupo A e B não concordam que todos os professores apresentam estratégias diversificadas de ensino com os alunos com DAs.

O sujeito do grupo A1 dá um exemplo de um professor que ao receber um aluno com deficiência auditiva ficará inseguro e com muitas dúvidas, então se faz necessário o contato com a família, com profissionais da escola, fonoaudiólogo e a observação do aluno para as possíveis intervenções.

O sujeito do grupo B1 responde que nem todos os professores apresentam estratégias diversificadas fazendo com que os alunos com DAs fiquem isolados dos demais alunos ou são ignorados, além de “taxados” na maioria das vezes.

[...] já que um dos maiores problemas é que os alunos não se sentem reconhecidos nem integrados, estão pouco interessados nos conteúdos do ensino e percebem que as metas de escola estão pouco relacionadas com sua vida atual e com o seu futuro. Essa situação provoca maior atraso acadêmico, ano após ano. De forma recíproca, alguns professores mantêm poucas expectativas com relação a esses alunos e se sentem pouco competentes para desenvolver um novo tipo de ensino com eles, o que, por sua vez, reforça as possibilidades de abandono da escola por esses alunos. (COLL, 2004, p.138)

- **Quanto às possibilidades de aprendizagem**

Todos os sujeitos do grupo A e B concordam que todos os alunos podem aprender cada um no seu tempo.

O sujeito do grupo A1 justifica que os que possuem dificuldade estão aprendendo abaixo de sua capacidade, com o apoio e intervenções adequadas eles podem ter sucesso escolar e continuar a progredir.

Há uma grande evolução nos estudos e no desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, como explica COLL (2004):

O estudo das crianças cegas esclareceu as relações entre a visão e o desenvolvimento cognitivo. As pesquisas sobre as crianças surdas profundas contribuíram para a compreensão das relações recíprocas entre a linguagem e o pensamento. Também o estudo dos surdos constatou a presença de uma comunidade específica das pessoas surdas, organizada em torno dos sinais, que não pode ficar à margem da educação de tais crianças. Os estudos sobre alunos com atraso mental ou com transtornos globais do desenvolvimento comprovaram que há possibilidade de progresso, mesmo para aquelas crianças gravemente afetadas. Finalmente, as pesquisas sobre autismo permitiram entender melhor a gênese da comunicação e a necessidade do conhecimento das intenções dos outros para que haja um intercâmbio comunicativo. Os estudos sobre as crianças autistas ocupam um lugar central no desenvolvimento da teoria da mente. (COLL, 2004, p.149).

- **Quanto às responsabilidades pedagógicas dos profissionais**

Todos os sujeitos do grupo A e B atribuem a responsabilidade a toda equipe escolar e não somente ao professor, visto que a escola deve ser um lugar enriquecedor e responsável pelas habilidades e competências que os alunos devem alcançar. COLL (2004) destaca a responsabilidade da ação educativa aos sistemas educacionais, as escolas e aos professores:

Os atrasos que tais alunos apresentam, às vezes muito profundos, levaram a formular novos modelos explicativos para entender melhor o comportamento humano. Também se converteram em um poderoso estímulo para os sistemas educacionais, as escolas e os próprios professores, que se propuseram o desafio de fazer retroceder os limites que seus alunos costumam apresentar em seu desenvolvimento e em sua aprendizagem através da ação educativa. (COLL, 2004, p. 149)

- **Quanto à formação continuada ofertada**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei n. 9.394/96) segue esta tendência quando insere dois perfis de professores para lidar com os alunos com necessidades educacionais especiais: o professor de classe comum

capacitado e o professor especializado em educação especial. Como abaixo descrito no Art. 59, inciso III:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...]
III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; [...] (BRASIL, 1996)

Os sujeitos do grupo A1 e B4 dão exemplos de anos anteriores em que era oferecido somente um curso aos professores da Unidade Escolar sobre Deficiência Auditiva e os demais sujeitos dos grupos A e B declaram que a secretaria não tem ofertado cursos específicos.

O descaso histórico com a formação de professores vem acrescentar-se à complexidade inerente à questão da inclusão. Podemos afirmar que o lugar ocupado, na prática, pelo professor que atua com crianças com NEE, é ainda muito distante da idealizada equipe multi e interdisciplinar almejada pelo movimento inclusivo. (MARQUES, 2007, p.53)

Todos os sujeitos do grupo A e B apontam que deveriam ser ofertados diversos cursos ligados às dificuldades de aprendizagem dos alunos, condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e pesquisas e como desenvolver as diferentes habilidades e competências que cada um possui.

Embora os currículos dos cursos de formação de professores não apresentem efetivamente os princípios da educação inclusiva - o direito de todas as crianças à educação nos mesmos ambientes, aprendizagem de qualidade, atenção à diversidade, promoção de condições que permitam responder às necessidades educacionais de todos, respeito às diferenças individuais e ao multiculturalismo e a importância de uma pedagogia centrada na criança. Os professores, equipe escolar, profissionais adequados e principalmente a família, devem buscar juntos os

conhecimentos e ações acerca dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A esse respeito, Bueno (1999), afirma que:

[...] por um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalharem com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atende, porque o que tem caracterizado a atuação de professores de surdos, de cegos, de deficientes mentais, com raras e honrosas exceções, é a centralização quase que absoluta de suas atividades na minimização dos efeitos específicos das mais variadas deficiências. (BUENO, 1999, p.15)

É preciso que haja uma colaboração e comprometimento de ambos os lados, do professor do ensino regular e do profissional do ensino especial, onde se atente para as questões de aprendizagem do aluno.

- **Considerações quanto à escola local ser uma escola inclusiva**

Todos os sujeitos do grupo A e B, não consideram ainda que a sua escola é uma escola inclusiva.

O sujeito do grupo A1 responde que ainda é frágil a ação conjunta da educação regular de ensino e especial, ela ainda não é consistente, os professores ainda sofrem pelo despreparo, e que o apoio de equipe especializada que auxiliem no esclarecimento das potencialidades dos alunos é uma realidade parcial.

O sujeito do grupo A2 responde que temos muito a avançar neste sentido, tentamos dar o mínimo de condições para que a aprendizagem aconteça para todos os alunos, mas, temos ainda que aperfeiçoar muito.

O sujeito do grupo B4 responde que o espaço físico não é apropriado, visto que há muitas escadas na escola, porém os profissionais responsáveis pela escola

buscam novas estratégias como podem, para receber alunos especiais, assim também como seus educadores.

Uma das constatações possíveis neste momento da reflexão é que nossas tarefas ainda são inúmeras, mas devemos identificar prioridades, denunciar ações reprodutoras de iguais atitudes sociais para com as pessoas, acompanhar ações do poder público em educação, cobrar compromissos firmados pelos governantes em suas campanhas eleitorais e em seus planos de governo, além de ampliar e sedimentar espaços de participação coletiva e juntar forças para resistir e avançar na construção de uma sociedade justa, cujos valores humanos predominem sobre o mercado. (PRIETO, 2006, p.65)

- **Quanto à inserção do tema dificuldades de aprendizagem na proposta pedagógica da escola**

Os sujeitos do grupo A afirmam que aparece na proposta pedagógica da escola, tendo como objetivo estratégico: melhorar o desempenho acadêmico dos alunos e como meta organizar propostas de trabalho que atendam os alunos com dificuldades de aprendizagem e que ele aparece através do projeto de reforço.

Enquanto os sujeitos do grupo B desconhecem se o tema aparece na proposta pedagógica da escola.

Assim COLL enfatiza sobre a importância de todas as decisões tomadas no projeto da escola:

Para melhorar a qualidade do ensino e assegurar a igualdade de oportunidades é preciso que cada escola reflita a respeito e planeje de forma conjunta a ação educacional mais adequada ao seu contexto. Isso implica que as decisões, tanto curriculares como de definição e de funcionamento da escola, devem ser tomadas por aqueles que vão implementá-las em função da sua realidade, adequando às suas características concretas as propostas que os gestores estabelecem. (COLL, 2004, p.291)

Na segunda parte do questionário, os entrevistados responderam de acordo com a experiência profissional de cada um.

- **Quanto aos procedimentos pedagógicos adotados**

São várias as opiniões, o sujeito do grupo A1 responde que para acontecer uma boa inclusão escolar do educando é necessário que haja uma cumplicidade entre professor e aluno, que o professor esteja em constante atualização, reconhecendo as necessidades de desenvolver seus métodos de conversação com o aluno, de acordo com seu grau de entendimento.

Essa nova perspectiva desloca o *locus* da deficiência da pessoa, para todo o contexto sócio-político-econômico educativo e cultural em que está inserida, no qual será valorizada ou não a diferença de que é portadora. Sob o aspecto educacional, esta mudança de enfoque tem importante significado: o objetivo de intervir pedagogicamente no aluno, compensando suas limitações, evolui para objetivos mais amplos de repensar o processo de ensino-aprendizagem que lhe é proporcionado e a qualidade dos vínculos. (CARVALHO APUD BRASIL, 2007, p. 125)

O sujeito do grupo A2, responde que é necessário preparar todo o ambiente para esses alunos, providenciar materiais e atividades diferenciadas e tentar se possível uma professora auxiliar presente acompanhando o trabalho com a professora titular, podendo assim oferecer um olhar mais direcionado, reflexivo para cada aluno, nesse sentido a autora Nakayama (2007), apresenta:

[...], refletir é ajoelhar-se diante de uma prática, escolher coisas que julgamos significativas e reorganizá-las em outro plano para, quem sabe, assim, podemos confirmar corrigir, compensar, substituir, melhorar, antecipar, enriquecer, atribuir sentido ao que foi realizado. (MACEDO, 2005 APUD NAKAYAMA, 2007, p. 158)

O sujeito do grupo B4, respondem sobre a importância da atenção individualizada, jogos diversificados, sala menos numerosas, professora auxiliar, materiais e recursos enriquecedores para os alunos com NEE. Afirma que a escola busca esses recursos, porém toda a responsabilidade é do educador da sala que tem que se desdobrar para alcançar os objetivos propostos.

- **Sobre os processos de inclusão junto aos alunos sem DAs**

Todos os sujeitos do grupo A e B respondem que o professor deve trabalhar em ritmo de igualdade e para se sentir mais seguro o professor deve com uma prévia preparação com os alunos fazer diversas brincadeiras adaptando a suas dificuldades e que o professor e o aluno devem ter essa responsabilidade.

No processo de inclusão junto aos alunos sem dificuldades de aprendizagem cabe ao professor de propor atividades que todos sejam capazes de resolver e mesmo que com a ajuda necessária, participarão das mesmas. Como afirma COLL (2004):

Elaborar as situações de aprendizagem de forma que todos os alunos participem e avancem em função de suas possibilidades é uma tarefa difícil. Aqueles que têm objetivos ou conteúdos diferentes dos de seu grupo de referência não devem trabalhar paralelamente, e sim participar o máximo possível das atividades da classe. (COLL, 2004, p.294)

- **Quanto as possíveis causas das DAs**

A grande maioria dos sujeitos entrevistados acreditam que as possíveis causas das DAs são devidas a má nutrição, herança genética dos pais, problemas psicológicos, etc. De maneira muito resumida, Coll (2004), atribui à causa das DAs a:

a) Condições intrínsecas da pessoa que apresenta DAs (por exemplo, a herança, a disfunção cerebral mínima ou os atrasos maturativos); b) Circunstâncias ambientais nas quais se dá o desenvolvimento e/ou aprendizagem (como, por exemplo, ambientes familiares e educativos pobres, projetos instrucionais inadequados, etc.); c) Uma combinação das anteriores em que as condições pessoais são influenciadas – de forma positiva ou negativa, conforme os casos – pelas circunstâncias ambientais. (COLL, 2004, p.54)

Embora existam diversas possibilidades de causas das dificuldades de aprendizagem, cabe à escola e a família compreender seus papéis frente a tais

dificuldades e promover o ensino e aprendizagem de todos os estudantes, com estratégias adequadas e com acompanhamento de profissionais especializados.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho foram abordados os desafios educacionais da inclusão para uma perspectiva de aprendizagem e o tratamento das questões teóricas e práticas da escola como organização humana e sua função.

O trabalho proporcionou uma reflexão e análise do trabalho pedagógico frente às dificuldades de aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais, pois conforme a literatura é preciso garantir a inclusão desses estudantes no processo de ensino e de aprendizagem, proporcionando ensino de qualidade.

Na pesquisa de campo, com os questionamentos, foi possível conhecer melhor as percepções de professores, coordenadores e direção de escola, quanto à temática dificuldade de aprendizagem, à inclusão escolar e as ações escolares.

Ao investigar os profissionais da educação na escola pública municipal foi possível perceber que é preciso ajudá-los principalmente nas questões de infraestrutura da escola e formação do professor para que haja um desenvolvimento humano e a real inclusão. Assim, a política pública da educação deve ser efetiva, tanto nas intenções quanto nas ações.

Após a análise dos resultados dos questionamentos, pode-se afirmar que a responsabilidade pelas dificuldades de aprendizagem tem como responsáveis a escola e a família com suas ações e falta delas. Por isso, sabe-se que a colaboração da família e da equipe pedagógica, é fundamental para a motivação do professor na busca por estratégias de ensino que promova aprendizagem significativa não só para os alunos com DAs mas também para os que não as possuem.

A família desempenha um papel importante neste processo de inclusão e efetivação da aprendizagem, ela deve aceitar e compreender o problema e estimular ainda mais essas crianças em casa envolver-se em sua aprendizagem, com profissionais adequados que auxiliem na sua formação. No processo de inclusão junto aos alunos sem dificuldades de aprendizagem cabe ao professor propor

atividades que todos os alunos sejam capazes de resolver e mesmo que com a ajuda necessária, participarão das mesmas.

A escola deve ser um lugar enriquecedor e o professor não é o único responsável pelo desenvolvimento das habilidades e competências desses alunos, mas de toda equipe escolar.

É muito importante investir na formação do professor, onde ele se sinta mais motivado e competente para trabalhar com todos os alunos, tendo mais elementos e estratégias para desenvolver um processo de inclusão dos alunos com NEE e ainda, de desenvolvimento humano com vista a uma educação de qualidade e para todos, ideias estas que estão nas leis da educação e nos projetos políticos pedagógicos das escolas.

O objetivo do trabalho foi alcançado, pois a investigação e reflexão das ações escolares frente às dificuldades de aprendizagem de alunos com NEE e a inclusão desses estudantes como desafio para garantir um ensino de qualidade para todos, como é proposta na resolução CNE/CBE nº2 de 2001. A partir do trabalho a escola inicia uma discussão sobre o tema nas reuniões pedagógicas que seguiram após o questionário. São revistos, a proposta pedagógica e o efetivo trabalho pedagógico que deverá acontecer com vistas à aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais, motivando os professores na busca e estudo de estratégias adequadas que promova a inclusão de todos.

As discussões e reflexões apresentadas neste trabalho podem e devem ser futuramente enriquecidas com mais estudos e/ou aprofundamento. Assim, é possível dar prosseguimento aos assuntos neste abordados.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo (org). **Formação de Professores: Pedagogia da Qualidade em debate**. São Paulo/SP: Editora UNESP. 1998.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC / SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Declaração de Salamanca**. 2 ED. BRASÍLIA: UNESCO, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e bases da Educação nacional**.

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**.

BRASIL. MEC/ SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, de 05 de junho de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4, de 13 de Julho de 2010. Institui Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – promulgada em 5 de outubro de 1988 / supervisão editorial Jair Lot Vieira / 9ª edição revista e atualizada até a Emenda Constitucional nº 26, de fevereiro de 2000 – Bauru, SP. EDIPRO, 2000. (Série Legislação).

BUENO, J. G. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas.** Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 3. n.5, 7-25, 1999.

CARVALHO, R. H. **Educação inclusiva: do que estamos falando?** Revista Educação Especial, Porto Alegre, nº 26, 2005.

COLL, César. MARCHESI, Álvaro. PALÁCIOS, Jésus. **Desenvolvimento psicológico e educação.** Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.

COLOMBO, Sônia Simões. **Escolas de Sucesso.** São Paulo: Editora STS, 1999.

MARQUES, S. M. **Pensar e agir na inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais decorrentes de uma deficiência, a partir de referenciais freirianos: rupturas e mutações culturais na escola brasileira.** São Paulo: SP, 2007.

MARTINS, Joel e BICUDO, Maria A.V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos.** São Paulo: EDUC/Moraes, 1989.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Rev. Bras. Educ. vol.11 no.33 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2006.

NAKAYAMA, A. M. **Educação Inclusiva: Princípios e Representação. Tese de Doutorado.** São Paulo: SP, 2007.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Possibilidades de histórias ao contrário: ou como desencaminhar o aluno da classe especial.** São Paulo; Editora Plexus; 2004.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica.** Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

POLONIA, Ana da Costa and AUXILIADORA, Maria. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Texto 9 – Dessen. Ribeirão Preto: Paidéia. Abr 2007, vol.17, no. 36.

PRIETO, Rosangela G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.** In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

RAMOS, Cosete. **Excelência na Educação: A Escola de Qualidade Total.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

TETZCHNER. R, S. Von, Brekke, K. M., Sjothum, B. & Grindheim, E. (2005). **Inclusão de crianças em educação pré-escolar regular utilizando comunicação suplementar e alternativa.** (Tradução de L. H. Reily). Revista Brasileira de Educação Especial, 11 (2), p.151-184.

ANEXOS

Anexo A – Carta de apresentação

	<p>Universidade de Brasília – UnB Instituto de Psicologia – IP Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar</p>	
---	---	---

A(o) Diretor(a)

Escola Municipal Prof. Hélio de Moraes

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar.

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual 2 (duas) dentre as 20 (vinte) turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do Estado de SP (polo UAB-UnB de Itapetininga). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

È requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista, observação e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores / servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pela Professora cursista Edilene de Fátima Correa Vasconcelos, sob orientação da Professora Mestre Vasti Gonçalves de Paula Correia, cujo tema é: “DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM” para que possa ser desenvolvido na escola.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos por meio do e-mail: vastiprofessora@gmail.com. (Prof^a. Mestre Vasti Gonçalves de Paula Correia, Orientadora) ou divamaciel52@gmail.com (Prof^a. Doutora Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel,).

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

Anexo B – Termo de consentimento livre e esclarecido



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



O Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM” de responsabilidade da pesquisadora Edilene de Fátima Correa Vasconcelos, orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília (UAB-UnB) estou realizando um estudo sobre “O PROFESSOR, NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA”. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos, favorecendo o processo de formação continuada dos professores nesse contexto.

Constam da pesquisa observações das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs, INCLUSÃO, etc., entrevistas com os professores e outros no intuito de coleta dados necessário para este estudo. Para isso, solicito sua autorização em participar como objeto de estudo.

Esclareço que a participação é voluntária. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone (15 – 3521 4624) ou no endereço eletrônico edivasconcelos@ig.com.br Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Edilene de Fátima Corrêa Vasconcelos

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar.

UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Cargo/função: _____

E-mail (opcional): _____

Telefone (____) _____ celular (____) _____

Assinatura:

Anexo C – Questionário da pesquisa realizada com os profissionais da educação



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**QUESTIONÁRIO:**

Nome: _____

Data: ____/____/2010 - Grau de instrução: _____,

Tem formação específica em educação especial? _____

Cargo ou função: _____

Escola: () pública

() particular

Idade:

() de 18 até 22 anos.

() de 22 até 27 anos.

() de 27 até 36 anos.

() de 37 até 49 anos.

() acima de 50 anos.

Com relação a sua escola, responder: sim ou não (S), (N):

1. A escola tem uma responsabilidade importante nos problemas de aprendizagem que se manifestam nelas?

() Por quê?

2. O contexto familiar tem influência nos problemas de aprendizagem?

() Por quê?

3. Você tem percebido que os pais estabelecem uma relação de confiança e colaboração com a escola? Como são essas ações?

4. Você acredita que existe relação entre deficiência e dificuldades de aprendizagem (DAs)?

() Por quê?

5. Você concorda que todos os professores apresentam estratégias diversificadas de ensino com os alunos com DAs?

() Por quê?

6. Você acha que todos os alunos podem aprender?

() Por quê?

7. As DAs são de responsabilidade somente do professor, ou de toda equipe escolar?

() Justifique.

8. A secretaria da educação tem ofertado cursos mostrando a preocupação com o tema DAs?

() Quais?

9. Você considera que a sua escola é uma escola inclusiva?

() Por quê?

10. O tema dificuldades de aprendizagem aparece na proposta pedagógica da escola?

() Como?

De acordo com sua experiência, responda:

1. Que tipo de procedimentos você julga necessário para esses alunos com DAs?
Eles acontecem na sua escola?

2. Como incluir os alunos que apresentam DAs com os demais alunos da turma?

3. Quais são as possíveis causas das DAs?

4. Para que a qualidade do ensino melhore com vistas à inclusão, qual deve ser o foco na formação do professor?

Nome da professora (opcional)

Peço por gentileza, retornar este questionário até o dia 06 /12/2010.

Obrigada.